



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 19ª Sessão Ordinária da 19ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma remota, aos 10 dias do mês de junho do ano de 2020.

Vereadores presentes à sessão de forma virtual (*)

Presidente

Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho – João Corujinha (PP)

Primeiro-Secretário

Vereador Humberto Jorge de Araújo Pontes (PV)

Demais vereadores

Vereador Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti – Leo Bezerra (CIDADANIA)

Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (PV)

Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)

Vereador Bruno Farias de Paiva (CIDADANIA)

Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)

Vereadora Helena Maria Duarte de Holanda (PP)

Vereador Gabriel Carvalho Câmara (AVANTE)

Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)

Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (CIDADANIA)

Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (PRB)

Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (PSDB)

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Vereador Marcos Vinícius Sales Nóbrega (PL)

Vereadora Maria Sandra Pereira de Marrocos (PT)

Vereadora Raíssa Gomes Lacerda Rodrigues de Aquino (AVANTE)

Vereador Renato Martins (AVANTE)

Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (PRTB)

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)

Vereador João Almeida de Carvalho Júnior (SD)

Vereador Helton Renê Nunes Holanda (PRB)

Vereador João dos Santos Filho (PV)

Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)

Ausentes os vereadores: Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP) e Lucas Clemente de Brito Pereira (PV).



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 10h:16minutos, o Sr. Presidente, vereador João Corujinha, disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão extraordinária e convido o/a vereador Helton Renê para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE**

O Presidente, Sr. vereador João Corujinha, solicitou que o 1ª Secretário, Sr. vereador Humberto Pontes, realizasse a leitura da Ata da 18ª Sessão Ordinária, após pedido de dispensa da leitura, considerou-se a ata apreciada e aprovada sem restrições. Após a aprovação da Ata, o 1º Secretário realizou leitura dos projetos do Pequeno Expediente.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações (*)

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL), a exceção dos requerimentos ou indicações destacados. Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão remota.

O 1º Secretário lembrou que, conforme acordo, os vereadores deveriam destacar apenas as Indicações e Requerimentos que seriam contrários.

Em destaque/discussão ITENS 27 e 28, a Indicação nº 416/20 e nº 417/20, de autoria do Sr. vereador Marcos Henriques – O Sr. vereador Marcos Henriques pediu para declarar seu voto e disse: “Eu quero agradecer a todos os vereadores e vereadoras que aprovaram o Projeto de Indicação que trata de corrigir um erro. O auxílio emergencial concedido a grande parte dos trabalhadores da Saúde, mercidamente, que estão combatendo o COVID é extremamente positivo, mas alguns ainda lutam para terem esse benefício. Uma delas trata dos Agentes Comunitários da Saúde e os Agentes de Endemias, como também alguns servidores da enfermagem, de nível médio. E também foi aprovado esse Projeto de Indicação que gratifica os servidores da Guarda Municipal que também estão trabalhando nas unidades de saúde, nos hospitais, da mesma forma, prestando o seu trabalho nessa luta contra o corona vírus. Agradeço muito. Esse projeto vai ser remetido ao Executivo e espero que o prefeito Luciano Cartaxo reconheça essas bravas categorias. Os agentes comunitários e de endemias ainda estão com os EPIs incompletos e espero que seja corrigido como também essa gratificação, para que possa ser estendida e vamos à luta”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse que “é bom deixar claro para a sociedade que esse momento que a Prefeitura vive é um momento muito difícil



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

economicamente. A Prefeitura está fazendo o inimaginável. Ontem, abriu 100 leitos para moradores de rua, com toda infraestrutura, inclusive com refeições, já conseguiu contemplar algumas categorias que estão na linha de frente do Covid, e o desejo é que a gente possa fazer ainda mais. Mas isso é muito mais um programa de uma luta de governo federal do que de município. O município está extremamente sacrificado, vereador Marcos, e Vossa Excelência, com o zelo que tem como parlamentar, sabe das dificuldades, não da prefeitura de João Pessoa, mas que as cinco mil prefeituras estão passando nesse instante, deixando de arrecadar de forma muito concreta. Eu votei favorável, não sou obstáculo, mas é importante que a gente tenha noção de onde vamos buscar recursos. É importante que a gente indique, inclusive, onde tem recursos. A gente tem o que mostrar e demonstrar porque essa gestão muito fez pela categoria”. O Sr. vereador Helton Renê disse: “Eu quero fazer as mesmas palavras que o vereador Milanez falou e dizer ao vereador Marcos que compreendo demais a preocupação dele, que corroboro com a mesma visão, visão de todos, e aqui, cada um dentro da sua realidade contribuindo para melhor sair desse panorama caótico, que é o panorama a nível nacional. E corroborando ainda mais com o que o vereador Milanez falou, posso falar como ex-gestor de uma pasta do poder Executivo, que, muitas vezes, o ideal não vai se somar ao que é real em determinadas circunstâncias devido a determinadas situações, orçamento e por aí vai. Eu votei a favor do projeto do vereador Marcos, muito louvável. Mas eu tenho plena convicção de que a prefeitura está passando por um problema sério, situação de orçamento, os recursos caem e isso é fatal. É a velha posição, saber destrinchar o ideal do real. Parabéns, Marcos, pela postura, parabéns, Milanez, pela visão”. O Sr. vereador João Almeida também pediu para fazer declaração de voto e falou que “ao passo que a gente entende a necessidade do ideal, a gente tem que, como parlamentares responsáveis, entender o que é possível dentro da realidade. E desde o começo dessa pandemia, eu faço um apelo, e quero até parabenizar a Câmara que tem atendido em parte, a despolitização do assunto. Que a Câmara centralize suas forças, a inteligência que temos, para que possamos passar por essa crise, independentemente de bandeira política. Os gestores necessitam do nosso apoio. A carga maior não é em cima dos vereadores, é em cima do prefeito, do governador, dos secretários, que estão inclusive assinando coisas que podem ter problemas futuros. Gestores que partiram na frente e tiveram coragem de comprar respiradores mais caros, mas que funcionam, estão aí, infelizmente, respondendo nas garras da justiça. E isso é muito ruim. Por ventura, se houver um desvio de conduta, isso não prescreve. Por mais que tenha havido ou não, não é hora de estar pautando isso, é hora da gente se apoiar, se acostar aos nossos gestores, sejamos oposição ou situação, para que a gente saia rapidamente dessa crise. Gostaria muito que houvesse gratificações, aumento de salários para servidores de Saúde, enfermeiros, técnicos, mas isso fica muito distante da realidade. Ao passo que existe a necessidade do aumento, paralelamente existe a redução de arrecadação da prefeitura, como também do estado. Faço um apelo a todos que analisem essa situação antes que a gente parta com proposições, que são legais, mas longe da realidade possível de cada prefeitura, de cada estado”. O Sr. vereador Bispo José Luiz parabenizou o vereador Marcos Henriques pela preocupação com os demais trabalhadores que estão na frente de batalha e que precisam também ser contemplados e disse que “o risco de vida que vai para o médico, vai para todos que estão à frente do trabalho. A gente entende que as prefeituras, os estados



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

estão passando por um problema difícil por conta do isolamento social e a arrecadação zerou ou foi lá pra baixo. Mas temos que pautar que estão chegando recursos do governo federal nos estados e municípios. Então, a gente não pode desamparar alguns trabalhadores por conta de falta de recursos. Isso não é real, não seria verdade. Por exemplo, só uma matéria que tivemos no Portal, na semana passada, onze milhões de reais estão chegando ao estado. Para onde está indo esse dinheiro? Vamos ser sinceros, verdadeiros, que a gente precisa socorrer o povo, sim, aqueles que estão arriscando a vida para salvar outras vidas”. O Sr. vereador Léo Bezerra disse que o Projeto de Indicação do vereador Marcos Henriques chega em boa hora, e falou ainda que a prefeitura reconheceu uma parte do erro, mas que precisa reconhecer o resto e discordou da fala do líder do prefeito, disse que “quem tem que ir atrás de recursos não sou eu. Quem tem que ir atrás de recursos é o prefeito Luciano Cartaxo, são os secretários. Ele tem que dar respostas a esta Casa. E eu só vou votar os projetos de abertura de crédito, depois que for formada a comissão, solicitada pelo vereador Renato Martins, porque eu quero que a Câmara participe da fiscalização dessas aberturas de crédito. Não estamos fazendo favor ao prefeito, nem a quem quer que seja, estamos fazendo favor a população de João Pessoa. Eu quero participar, cobrar, fiscalizar. O Portal de Transparência da Prefeitura está muito confuso. Eu não consigo, Bispo, distinguir os recursos federais dos recursos próprios. Eu quero saber quantos leitos nós tínhamos, quantos leitos o presidente Jair Bolsonaro encaminhou e eu gostaria de saber quantos leitos nós temos agora. Até hoje ninguém conseguiu responder. E a prefeitura tem que fazer isso, sim, reconhecer os erros. Até porque a secretária Daniela Bandeira, em outros tempos, agora não é mais secretária, já pediu desculpas algumas vezes por alguns erros da Secretaria e não doeu, não arrancou pedaço algum”. O Sr. vereador Renato Martins disse: “Nós temos quatro dimensões a tomar cuidado. Primeiro é o tratamento, nós temos muitas deficiências. A segunda dimensão que a gestão pública tem que tomar de conta é a questão do isolamento social que, até por conta da precariedade no tratamento, é o único caminho viável que nós temos. Só que o isolamento precisa de proteção social e o recurso existe, estão nos fundos municipais, por exemplo, o Fundo de Mobilidade Urbana, ou o próprio FUNDURB, o Fundo de Turismo, o Fundo da Cultura. Isso dá mais de 50 milhões de reais. Enquanto a população está passando fome a gente aqui não tem uma medida enérgica para que a prefeitura pegue esses recursos e empregue na política de proteção social”.

Situação: aprovado

O Sr. vereador João Almeida disse: “Presidente, para que esse requerimento do governo não fique sozinho, eu vi vários comentários elogiosos por parte de requerimentos para aumentos de salários e gratificação para outros funcionários que estão à frente do trabalho do combate da Covid-19, como eu sempre pedi para a gente sair da esfera da política e encarar a coisa como coisa séria, eu peço um requerimento para que coloque em pauta hoje, um projeto de redução de 20% dos nossos subsídios e gratificações de todos os funcionários públicos comissionados da Casa, para que a gente prove à população de João Pessoa e que a gente saia só da fala e vá para a prática. Falar fica fácil, propor aumento para todo mundo fica muito fácil, a todos àqueles que propõem aumentos a toda hora mesmo sabendo das dificuldades da Casa, da Prefeitura, eu proponho que essa matéria seja votada também



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

hoje para que a gente possa provar à população de João Pessoa que somos partícipes dessa dor, e cortando na própria carne a gente possa fazer esse gesto para toda sociedade. Seja aumentando salário de quem está na frente, seja reduzindo salário de quem está sem sofrer nenhum decréscimo salarial e recebendo seus salários, inclusive, em dia. Eu acho que esta Casa tem que dar uma resposta à sociedade, mesmo sabendo que não vai resolver problema nenhum, eu acho que esta Casa tem que fazer esse gesto, aí sim, pode cobrar aumento de gratificação para Guarda Municipal, para gari e etc. Esta Casa tem que dar o exemplo para continuarmos o nosso belo discurso”.

O Sr. Presidente disse: “Vereador João Almeida, seu projeto foi lido hoje, vai tramitar nas comissões, depois a gente coloca em discussão e na pauta de votação”.

O Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “Sr. Presidente quero fazer uma observação a Vossa Excelência. Esse tempo que Vossa Excelência concede aos vereadores, o Sr. deveria pedir que a Mesa colocasse e quando chegasse o tempo fosse cortado. Ontem, participei de uma reunião com 18 pessoas e foi feito dessa forma. Vou pedir oralmente a Vossa Excelência. O projeto do vereador Thiago Lucena pede para extinguir o recesso do mês de julho, inclusive a Assembleia já colocou um projeto dessa natureza, eu acho que a gente deveria definir isso hoje para acompanhar todas as casas legislativas do Brasil”.

A Sr.^a vereadora Raíssa Lacerda disse: “Eu gostei muito do requerimento do vereador João Almeida, eu estou com ele em mãos e ele dispõe, se não me engano, sobre a redução tanto dos subsídios dos vereadores quanto dos servidores comissionados da Casa. Ele está pedindo 20%. Eu achei muito interessante esse requerimento do vereador João Almeida”.

O Sr. vereador Dinho levantou uma questão de ordem pedindo que só votassem projetos que, pelo menos, tenham passado pela Comissão de Constituição de Justiça. E disse: “Perdoem, citaram aí o projeto do vereador Thiago, que é de bom agrado, do vereador João Almeida, que é de bom agrado, mas a gente não pode criar um precedente de votar um projeto que foi apresentado e que não tenha tramitado na CCJ para ser avaliado. E por justiça, eu fiz da mesma forma com o projeto do vereador Renato, que já foi aprovado na CCJ, criando uma Comissão de Análise dos Gastos. Esse, sim, já passou pela CCJ, mas projetos outros apresentados recentemente, eu pediria para não abrir exceção, até porque cria uma questão jurídica. Só para gente ter um cuidado, não é nada contra projeto de nenhum vereador”.

O Sr. vereador Marcos Henriques afirmou: “Eu tenho muita responsabilidade com os projetos que eu apresento nesta Casa. Quando eu coloco um projeto é porque discuti. Tem muitos prefeitos que dão gratificação porque têm políticas para os trabalhadores, agora se o prefeito de quem falou, não tem política, isso é outra história, mas você nunca vai me ver apresentar projeto populista. Isso nunca vou fazer. Agora quero falar sobre um projeto que falo ao PROCON municipal e ao estadual. Fui muito



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

bem atendido pela secretária Késsia, assim como pela secretária Maristela. Eu pedi para que o PROCON pudesse fiscalizar os supermercados. Está um absurdo, estão cobrando o que bem querem. Mercadorias aumentando 30, 40%. As pessoas estão recebendo auxílio emergencial, e chegam lá, a mercadoria mais cara”.

O Sr. vereador João Almeida disse: “Eu quero lembrar a história do Refis. O Refis foi lido, posto e aprovado no mesmo dia, então a gente não está inventando nenhuma roda aqui e estamos no período excepcional de economia, de calamidade pública, onde os próprios ritos formais se alteram de forma célere. Eu agradeço as palavras da vereadora Raíssa Lacerda. João Pessoa é uma cidade pólo que abarca todas as macrorregiões da Paraíba. Então temos que encarar essa realidade de João Pessoa de forma diferente, não é uma prefeitura qualquer. Então esse é o entendimento que eu peço, que seja um entendimento não político, mas responsável”.

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “A vereadora Sandra não está conseguindo entrar. Nós colocamos um requerimento da nossa bancada falando do problema que a gente está tendo com esse programa. Esse programa já se demonstrou inconsistente, ineficiente, a nossa bancada está pedindo a substituição do mesmo, já foi colocado à Mesa Diretora, coloquei no grupo de vereadores e a vereadora Sandra entrou em contato comigo e está se sentido prejudicada por não estar participando do debate, eu quero saber que providências foram tomadas”.

O Sr. Presidente disse: “Foram tomadas várias providências, o vereador Thiago e o vereador Humberto Pontes que conhecem a plataforma que nós estamos buscando, eles sabem muito bem. Foi solicitado ao secretário da Mesa, Humberto Pontes, para que ele providenciasse, foi conversado com o diretor legislativo, foi conversado com os técnicos da Casa, foi conversado com Thiago Lucena que pode se pronunciar também. Estamos tomando providências, mas até agora não houve solução, não tenho culpa se até agora não temos condições de resolver, mas está bem avançado, tudo que foi solicitado pela vereadora Sandra eu coloquei para a Mesa e para os técnicos da Casa”.

O Sr. vereador Humberto Pontes disse: “O Presidente determinou que fossem tomadas as medidas possíveis para que fosse melhorada essa plataforma, já foi conversado com a empresa aqui na cidade de João Pessoa, VSoft, que irá disponibilizar para a Câmara essa plataforma. O vereador Thiago Lucena está acompanhando, que é quem entende, juntamente com Rodrigo, diretor legislativo. Já tiveram uma reunião na última segunda-feira, acredito que hoje estará sendo apresentada essa nova plataforma, dessa empresa VSoft, para o vereador Thiago, para Rodrigo e todo o pessoal do NTI, e possivelmente, na próxima semana, se Deus permitir, estaremos utilizando uma outra plataforma. Em relação à vereadora Sandra, comuniquei à ela, pelo *WhatsApp*, que tive problemas, mas que entre pelo celular que pelo celular a gente está conseguindo mais fácil. Eu também estava no computador, caiu, não consegui retornar, mas pelo celular me parece que está sendo mais fácil acompanhar a sessão”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

A Sr.^a vereadora Raíssa Lacerda disse: “A vereadora Sandra comunica que está sem celular. O celular dela está quebrado e no momento ela não está podendo entrar”.

O Presidente disse: “Ela me justificou, ela já pediu à empresa, a gente já comunicou à empresa que o celular dela fosse substituído porque o celular dela está com problemas. Eu já enviei para empresa, eu acho que esse período de pandemia está atrasando as coisas. Inclusive já faz tempo que ela fez essa solicitação e eu fiz com a diretoria da Casa essa solicitação”.

O Sr. vereador Leo Bezerra disse: “Antes da abertura dos trabalhos, eu estava conversando com o vereador Helton Renê, não sei se o vereador Helton pode explicar aqui. Então, eu sugiro que os vereadores examinem a internet local para medir a velocidade porque o problema não é o aplicativo, o problema é a velocidade da internet que está chegando na casa dos vereadores. O vereador Helton Renê pode explicar para os vereadores e para a população”.

O Presidente disse: “Eu tive problemas, mas pelo celular eu consegui, não é bom pelo celular. Hoje, eu tive problemas, eu vim para perto do roteador, eu estou aqui do lado do roteador”.

O Sr. vereador Leo Bezerra disse: “É o seguinte: ele capta wi-fi, se ele sentir que a wi-fi está baixa ele usa os dados do telefone, por isso que no telefone não há essa variação, mas o vereador Helton pode explicar o que está acontecendo com a internet na casa dos vereadores”.

O Sr. vereador Helton Renê disse: “Vereador Corujinha, antes de começar a sessão, os vereadores estavam me perguntando sobre isso. O vereador Leo foi feliz em lembrar essa situação. Eu acho, inclusive, Leo, que é pelo excesso de pessoas que estão isoladas nas suas casas e estão utilizando muito a questão das redes sociais, e o sistema, pelo que estou vendo, não está aguentando. O grande problema no Brasil é que nós temos uma resolução da Anatel que permite essa defasagem da qualidade da internet aqui no Brasil. É uma vergonha, mas é algo que é vivenciado por conta de resolução da própria Anatel. Mas eu sugiro à Câmara Municipal, isso veio em boa hora, depois, realizarmos uma reunião com o setor de telefonia, até porque é um serviço essencial, mais do que nunca, que inclui a internet, e a gente cobrar mais qualidade desse pessoal com relação aos contratos não só da Casa, mas toda João Pessoa. Foi bem oportuno o que o vereador Leo acabou de falar agora, e tem meu total apoio se quiserem realizar essas reuniões mesmo que virtualmente”.

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “A vereadora Sandra pediu que eu encaminhasse à Mesa Diretora o pedido de suspensão da sessão enquanto ela restabelece o sinal”.

O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Presidente, só para relatar, o diretor Rodrigo Paulo Neto me convidou hoje para uma reunião que vai acontecer, amanhã, para a gente fazer um teste para a próxima reunião da CCJ com a nova plataforma. Seria um teste, onde essa nova plataforma vai ter senha de



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

acesso para os membros. A princípio vai ser um teste para essa reunião e, posteriormente, deve ser expandido para a sessão ordinária, para as sessões”.

O Sr. vereador João Almeida disse: “Eu encaminho, Presidente, que estamos aqui em plena sessão ordinária, eu acho que esses problemas técnicos têm que ser resolvidos num outro momento, numa questão de outra plataforma. Se há ainda problemas pontuais, e é corriqueiro, eu acho que tem que ser resolvido num outro momento, que não seja na sessão ordinária. Eu proponho que a sessão tenha encaminhamento, infelizmente com algumas falhas, e no momento oportuno, a gente possa entender e tentar corrigir cada caso, ou até mesmo mudar de plataforma, mas agora, na sessão ordinária, não cabe mais aqui estar falando de falha técnica”.

Em destaque/discussão o REQUERIMENTO EXTRA-PAUTA apresentado pelo vereador Leo Bezerra que solicita a não inclusão do PLC 60/2020 na atual pauta de votação e a realização de audiência pública para discutir o projeto: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Além de votar contrário, eu quero indicar à toda bancada votar contrária. É importante votar o projeto do FUNDURB ainda na manhã de hoje. Já foi discutido pela Mesa Diretora a falta de condições para realizar audiência pública, de forma geral, então eu indico voto contrário ao requerimento do vereador Léo”. O Sr. vereador Damásio Franca Neto também indicou a bancada voto contrário. O Sr. vereador Dinho lembrou que o projeto já tramitou pela CCJ, então julgou que o projeto já estaria apto a ser votado no dia de hoje, colocou-se contrário ao requerimento e favorável a que o projeto entrasse em pauta. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse que: “O Republicano é a favor que não se vote esse projeto, hoje. Um projeto complexo, de envergadura muito complicada, tem muita gente da sociedade que faz parte, que tem interesse nesse projeto e deixar esse povo de fora seria uma grande falta de respeito com eles. Republicano não é a favor que vote esse projeto hoje”. O Sr. vereador Marcos Henriques falou que “eu queria me dirigir aos vereadores para dizer que esse projeto tem um apelo social muito grande porque ele não está sendo discutido com a sociedade. Eu queria, de bom senso, pedir aos vereadores que não votem esse projeto hoje, não custa nada chamar a sociedade civil para discutir. Muitas entidades estão pedindo, tenho aqui 25 entidades repudiando a Câmara Municipal. A Câmara Municipal precisa dar exemplo de democracia”. O Sr. vereador Leo Bezerra, autor do requerimento, disse: “Quer dizer que a Câmara Municipal de João Pessoa pode disponibilizar a LDO e audiência pública, mas não pode discutir o FUNDURB em audiência pública por questões técnicas? Presidente, aí eu rogo a boa vontade de Vossa Excelência. A população está pedindo, mais de 25 entidades querendo discutir um projeto” O Sr. Presidente, vereador João Corujinha, colocou que a LDO é obrigatória em audiência pública. O Sr. vereador Leo Bezerra seguiu: “Mas se teve para a LDO, por que não fazer no FUNDURB?! Senhor presidente, estou pedindo. Não estou obrigando, vamos colocar em votação! Se os vereadores quiserem derrubar, não tem problema algum, eu sei perder.” Por fim, solicitou a votação nominal “para que a população saiba por que não estão querendo discutir um projeto tão relevante para o nosso município”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação nominal: 06 Favoráveis (Bispo José Luiz, Leo Bezerra, Zezinho Botafogo, Marcos Henriques, Renato Martins, Bruno Farias) e 11 Contrários (Milanez Neto, Helton Renê, Dr. Luís Flávio, João dos Santos, Chico do Sindicato, Bosquinho, Thiago Lucena, João Almeida, Marcos Vinícius, Raíssa Lacerda e Dinho).

Situação: rejeitado o requerimento, entrando o projeto na atual Ordem do Dia.

Em destaque/discussão o REQUERIMENTO EXTRA-PAUTA apresentado pelo vereador Thiago Lucena que solicita o cancelamento do recesso parlamentar no mês de julho: O Sr. vereador Zezinho Botafogo informou que a ALPB havia oficializado, no dia de ontem, o cancelamento do recesso parlamentar e colocou que concordava com a proposta do vereador Thiago Lucena. O autor do requerimento solicitou a votação apenas na próxima sessão.

Situação: suspenso até a próxima sessão remota.

Em destaque/discussão o REQUERIMENTO EXTRA-PAUTA apresentado pelo vereador Renato Martins solicitando que o projeto que cria a Comissão de Acompanhamento Detalhado dos Gastos da PMJP no período de calamidade pública e dá outras providências seja votado na atual sessão remota: Os vereadores Milanez Neto, Damásio Franca e Dinho liberaram suas bancadas para a votação. O Sr. vereador Renato Martins explicou que seu requerimento pede para criar comissão de acompanhamento detalhado dos gastos da prefeitura no período da pandemia. O Sr. vereador Dinho informou que o projeto já havia passado na CCJR. Os vereadores Bispo José Luiz, Leo Bezerra, Zezinho Botafogo, Raíssa Lacerda, Helton Renê, Dinho, Marcos Henriques, Milanez Neto, Damásio, Renato Martins, Thiago Lucena, João Almeida, Luís Flávio, Chico do Sindicato, Helena Holanda, Humberto Pontes, Durval Ferreira, Professor Gabriel votaram favoráveis a inclusão do projeto.

Situação: aprovado, entrando o projeto na atual Ordem do Dia.

1.2 Comentários

O Sr. vereador Leo Bezerra indagou se havia novos projetos para serem incluídos na pauta de votação da Ordem do Dia, colocou que era contrário a qualquer inclusão de novos projetos.

O Sr. vereador Milanez Neto informou que pediria a inclusão de um projeto na pauta da Ordem do Dia, o que trata da matéria do FUNDURB.

O Sr. vereador Leo Bezerra solicitou a retirada do projeto do FUNDURB da pauta de votação, para tentar a realização de audiência pública que debaterá melhor a questão. Afirmou que os membros da Comissão de Políticas Públicas dariam condições para a realização da audiência.

O Sr. Presidente João Corujinha informou que já havia exposto as dificuldades de realizar audiências públicas para a Mesa Diretora.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Sr. vereador Bruno Farias colocou que “na pauta de ontem o projeto não estava presente, se ele está na Ordem do Dia de hoje, tem que ser retirado porque não concluiu o trâmite nas comissões. Esse debate precisa ser feito porque muda a Outorga Onerosa, uma audiência pública dessa importância deve ser realizada”.

O Sr. vereador Damásio Franca informou que “ontem na audiência da LDO, a técnica colocou um marcador de tempo, solicito que hoje também seja colocado para que cada um fale dentro de um tempo estabelecido”.

O Sr. vereador Bosquinho pediu que fosse acatada a sugestão e o 1º Secretário sugeriu o tempo de 2 minutos, acatado por todos os vereadores.

O Sr. vereador Humberto Pontes pontuou que a matéria da FUNDURB não estava na pauta de votação.

O Sr. vereador Marcos Henriques lembrou que a Comissão de Políticas Públicas havia solicitado audiência pública para debater a questão do FUNDURB.

O Sr. vereador Milanez Neto informou que a não realização de audiências públicas “foi decisão da Mesa Diretora na noite de ontem, já vemos dificuldade na sessão ordinária. Pontuo que não vamos discutir o FUNDURB, estamos fazendo adequação ao Estatuto da Cidade, não estamos criando nada”.

O Sr. vereador Renato Martins lembrou requerimento pedindo urgência na criação de comissão de gastos, “solicito que coloque na pauta de hoje o projeto que cria a comissão de acompanhamento detalhado dos gastos durante a pandemia. Por ser um Projeto de Resolução, só precisa passar pela CCJR e já tramitou nela”.

1.3 Demais comunicações

Não houve.

ORDEM DO DIA (*)**

ITEM 1: PLO 1487/2019

Autoria: Helena Holanda

Assunto: ESTABELECE A DISPONIBILIZAÇÃO DE LENTES DE AUMENTO (LUPAS) NOS SUPERMERCADOS E CONGÊNERES, PARA FACILITAR A VISUALIZAÇÃO DA



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

COMPOSIÇÃO, INGREDIENTES E VALIDADE NOS RÓTULOS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão do projeto: O Sr. vereador Leo Bezerra disse: “Presidente, eu queria até escutar o ex-superintendente do PROCON Municipal porque, salvo engano, são determinações aquelas letrinhas que vem atrás dos alimentos, acho que o tamanho tem determinação. Se Helton pudesse explicar”. O Sr vereador Helton Renê disse: “Pois não, Leo. Tecnicamente existe um padrão, um formato de letras, tamanho 12, Arial ou Times New Roman, feito isso através de legislação federal. Acontece que muitos dos produtos que são liberados no Brasil não obedecem isso na questão do rótulo, porém, na questão de bula, e ele é direcionado mais para a questão de medicação, aí ela é cumprida. A letra tem que estar de forma clara, objetiva, para que o consumidor possa identificar de forma fácil a informação que está sendo veiculada pelo fornecedor”. A Sr.^a vereadora Helena Holanda disse: “Há essa determinação sim, mas não é cumprida, então, a lei de acessibilidade 10.694 diz o seguinte: A lupa será anexada ao lado do local do preço para as pessoas com deficiências visuais amblíope, que têm condições de ler com a lupa e principalmente para os idosos. Nós vimos à maioria dos produtos e em mais de 10 estados no Brasil há a presença da lupa. Helton, como você falou do tamanho da letra que não é cumprido, com a lupa irá auxiliar não só as pessoas idosas com dificuldades de leitura, como também as pessoas com deficiência visual amblíope, foi diante dessa reclamação que tivemos a iniciativa desse projeto, espero que vocês acatem para ajudar essas pessoas”. O Sr. vereador Leo Bezerra disse: “Helton, a minha dúvida é, se é uma determinação do fabricante dos produtos, na questão da vereadora Helena Holanda eu entendo como pertinente, estou querendo votar favorável ao projeto, mas colocar responsabilidade ao supermercado, ao pequeno comerciante que está vendendo o produto, tendo que ter custos, corrigir um erro que deveria ter sido corrigido de uma multinacional ou de uma empresa de grande porte, essa é minha preocupação, eu queria mais detalhes sobre esse questionamento”. O Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho disse: “Sr. Presidente, eu tive a honra de relatar esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça e foi bastante discutido. Eu quero parabenizar a vereadora Helena Holanda, eu tive o cuidado com a assessoria de procurar saber como é o sistema, e aí pelas palavras do nosso craque em Direito do Consumidor, Helton Renê, ele disse tudo. Existe um padrão de letras para colocar nas embalagens, mas não é praticado, Sr. Presidente, e o custo de uma lupa não chega a ser nem 15 reais, então, para o estabelecimento fornecer uma única lupa, até porque não são vários clientes que vão solicitar essa lupa, só algumas pessoas que têm esse tipo de deficiência visual e com problema de miopia, então, eu acho que não é um custo a aquisição de uma lupa para um supermercado. O projeto é de grande relevância para o pequeno investimento do comércio. Até um comércio pequeno teria condições de 15 reais para a compra de uma lupa e ter no estabelecimento para as pessoas”. A Sr.^a vereadora Helena Holanda disse: “Quero acrescentar a vocês, agora, que qualquer livro que for escrito, a letra tem que ser entre 14 e 16, obrigatoriamente, porque as pessoas amblíopes e as pessoas com deficiência visual ao idoso têm acesso a essas obras. Terminei dois livros agora e recebi isso a semana passada, que os livros devem aumentar a letra”. O Sr. vereador Damásio Franca



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

disse: “Gostaria de me acostar e parabenizar a vereadora Helena Holanda, isso traz mais acessibilidade, a gente já sabe da dificuldade que as pessoas encontram, aí quando chegam no supermercado, tem a dificuldade de não conseguir ter acesso à leitura. O custo, como o vereador Dinho falou, é um custo mínimo e a acessibilidade é grande. Parabéns vereadora Helena Holanda, acompanho vosso projeto”. O Sr. vereador Humberto Pontes fez a leitura do artigo 2º e o parágrafo único do projeto a título de esclarecimento. O Sr. vereador Helton Renê disse: “Eu entendi a visão do vereador Leo e respeito efusivamente a posição dele. Ele está trazendo à tona aquele ônus de responsabilidade, de repente a responsabilidade seria do próprio fabricante, foi isso que eu entendi que o vereador Leo quis mostrar e com muita razoabilidade. No entanto, Leo, o Código de Defesa do Consumidor, ele presta entre outras situações, a solidariedade de responsabilidade, inclusive, com relação à informação. Com relação ao que o comerciante pode cobrar inclusive do seu parceiro comercial é viável porque estamos falando de uma lupa, algo que é menos custeado, e depois dessa explicação do vereador Humberto, eu acho que não tem problema nenhum tendo em vista ser mínimo dentro desse contexto. Eu acho que você traz um benefício maior para a população que está em vulnerabilidade de saúde, Helena foi bastante, digamos assim, cirúrgica, eu acho que a sociedade ganha como um todo, até porque não é uma lente para cada guichê, é uma lente para cada estabelecimento, no mínimo. Nós não temos essa quantidade toda de pessoas com deficiência visual, geralmente quem tem uma deficiência visual já usa seu próprio óculos ou sua lente, mas caso venha necessitar, o supermercado teria a sua responsabilidade garantida nesse panorama de solidariedade, ele pode cobrar, inclusive, do próprio fornecedor. O Sr. vereador Leo Bezerra disse: “O vereador Humberto já me explicou com leitura do projeto, sou favorável sem problema algum”.

Votação Simbólica: favoráveis: 22; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 04.

Situação: O Presidente, Sr. vereador João Corujinha, declarou o projeto aprovado.

ITEM 2: PL 1601/2019

Autoria: Luís Flávio

Assunto: INSTITUI A “CAMPAÑA PERMANENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE LEITE MATERNO” NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão do projeto: não houve discussão

Votação Simbólica: favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador João Corujinha, declarou aprovado o projeto.

ITEM 3: PLO 1630/2019

Autoria: Leo Bezerra

Assunto: INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA Nº 13.768.2019, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE ÀS DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS, O “DIA MUNICIPAL DE LUTA CONTRA A AIDS”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão do projeto: não houve discussão

Votação Simbólica: favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador João Corujinha, declarou aprovado o projeto.

ITEM 4: PL 1897/2020

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (1,3 MILHÃO).

Pareceres orais: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão dos pareceres: Na CCJR o Sr. vereador Leo Bezerra pediu vistas ao projeto, pedido negado pela maioria dos membros. O Sr. vereador Thiago Lucena deu parecer oral favorável ao projeto, acompanhado pelos demais membros da Comissão, com exceção do Sr. vereador Leo Bezerra que se absteve. Na CFO, o Sr. vereador Damásio Franco deu parecer oral favorável, sendo acompanhado pela unanimidade dos membros da comissão.

Discussão do projeto: O Sr. vereador Leo Bezerra pediu a retirada do projeto da pauta e encaminhamento para as comissões. O Sr. vereador Milanez Neto colocou que o projeto já estava em pauta e solicitou o parecer da CCJR. O Sr. vereador Thiago Lucena explicou que “essa abertura de crédito envolve as cestas básicas que estão sendo entregues pela Secretaria de Desenvolvimento Social. Foram recursos recebidos do governo federal e tem que ter abertura de crédito nesse sentido. Em relação ao PROCON, o valor é muito pequeno, de R\$ 40 mil, valor que é retirado de passagem e despesas com locomoção e acrescido em auxílio transporte. Então é um valor dentro do PROCON que é mudado dentro de transporte, não é usado para nenhuma outra coisa”. O Sr. vereador Léo Bezerra considerou que não havia tempo para analisar aquele projeto, e sugeriu encaminhá-lo para a Comissão que já estaria se reunindo na próxima segunda-feira. O Sr. vereador Thiago Lucena respondeu que essa questão havia sido acordada entre líderes. O Sr. vereador João Almeida disse: “A celeridade desse projeto é gritante. Se tem uma coisa que não espera é à barriga, é a fome. Remanejamento para tratar de cesta básica. A gente sabe da necessidade que o povo está passando com essa pandemia. Vamos esquecer esses entraves meramente políticos. A nossa geladeira está cheia, mas tenho certeza de que tem gente que está de geladeira vazia e não pode esperar mais de uma semana”. O Sr. vereador Léo Bezerra questionou quando havia chegado o projeto à Câmara, o que foi respondido ter sido no dia 14 de maio. O Sr. vereador Dinho solicitou que fosse lido o projeto e disse: “Ontem, o governo anunciou 100 moradias para os desabrigados. Estou vendo que o valor é justamente para essas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade”. Leu o início do projeto em que consta “640 mil reais para proteção especial de medida de alta complexidade de acolhimento institucional às famílias”. O Sr. vereador João Almeida pediu para que o presidente encaminhasse o projeto e repetiu que “fome não espera”. O Sr.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Presidente explicou que encaminhou o projeto ao CCJ e por algum problema não chegou à Comissão, mas pediu ao Sr. vereador Thiago Lucena que, naquele momento, desse o parecer oral, ao qual foi favorável, por considerar nada inconstitucional na abertura de crédito. O Sr. vereador Léo Bezerra pediu vistas. O pedido foi colocado em votação, mas não foi concedido. E assim, o projeto seguiu para a votação.

Votação Simbólica: favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 01 (Leo Bezerra); ausentes: 04.

Situação: O Presidente, Sr. vereador João Corujinha, declarou o projeto aprovado.

VOTAÇÃO EM BLOCO

ITEM 5: PDL 239/2020

Autoria: Marcos Henriques

Assunto: CONCEDE HONRARIA NA FORMA DO TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO ADVOGADO MARCELO DIAS ASSUNÇÃO.

ITEM 6: PDL 243/2020

Autoria: João Carvalho da Costa Sobrinho

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE A GUSTAVO HENRIQUE ZANOTTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITEM 7: PDL 249/2020

Autoria: Bruno Farias

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO ENGENHEIRO CIVIL LUIZ TADEU DIAS MEDEIROS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Votação Simbólica: favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador João Corujinha, declarou os projetos aprovados.

VOTAÇÃO DE PROJETOS EXTRAPAUTA

ITEM 8: PLC 60/2020

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (1,3 MILHÃO).

Pareceres: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, pareceres orais favoráveis da Comissão de Orçamento, Obras e Administração Pública e da Comissão de Políticas Públicas.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Situação dos pareceres das Comissões: Com a relatoria da CPP, o vereador Marcos Henriques deu parecer contrário, sendo acompanhado pelos vereadores Bruno Farias e Zezinho Botafogo. A vereadora Raíssa Lacerda e os vereadores Humberto Pontes e João dos Santos colocaram-se contrários ao relator. Sendo o parecer contrário derrubado pela maioria dos membros da Comissão. Com a relatoria da CFO, o Sr. vereador João Almeida deu parecer favorável ao projeto, sendo acompanhado pelo vereador Humberto Pontes e Durval Ferreira; o Sr. vereador Zezinho Botafogo foi contrário ao relator. A maioria dos membros da Comissão aprovou o parecer.

Discussão do projeto: O Sr. vereador Leo Bezerra disse: “Primeiro, eu gostaria de entender se o projeto passou pela CPP duas vezes, porque o que eu esperava da CFO era um parecer em cima dos números, que não foi feito. Peço licença ao vereador Damásio, mas não me esclareceu em nada nem a população que está nos assistindo, cadê à relação dos números? Os números estão certos? Fizeram as contas por parte da CFO se os números batem? De onde estava tirando, para onde estava colocando, eu não vi isso em nenhum parecer aqui na Casa. Eu confesso, Sr. Presidente, e gostaria agora no plenário pedir vistas a esse projeto porque eu não entendi essa votação da CFO, eu pensei que estávamos votando duas vezes na CPP, eu gostaria de ter mais esclarecido esses números para que a população entenda para onde está saindo, para onde está entrando, porque está sendo relacionado, quanto de dinheiro tem, quanto de dinheiro não tem, como vai ser relocado esse dinheiro. Eu tenho certeza que se esse projeto tivesse passado com mais tranquilidade na CFO ficaria mais fácil e mais prático para a população que está nos assistindo no Youtube pudesse entender, números ninguém falou aqui, ninguém esclareceu os números, quanto a população vai perder, quanto a população vai ganhar. Eu só vi aqui um bate bola de dizer que o Prefeito fez mais, que o Prefeito fez menos, que o Prefeito pode fazer aquilo, eu pensei que esse debate era da CPP, e aí, Sr. Presidente, tendo em vista a dificuldade de esclarecimento dos números do projeto, repito, gostaria de pedir vistas em respeito à população de João Pessoa, em respeito à Câmara Municipal de João Pessoa, que rejeitou nosso pedido de audiência pública para poder debater e escutar as categorias e trazer um relatório dos números como vão ser afetados, verdadeiramente, para que a população de João Pessoa possa saber, Marcos Henriques, o número exato do que tem, do que não tem, do que pode, do que não pode. Eu gostaria de saber dos números, a população gostaria de saber dos números, coisa essa que o vereador Fernando Milanez não soube responder, vereador João Almeida não soube responder, vereador Humberto Pontes também não soube responder, enrolou para cá, enrolou para lá, jogou para cá, como disse o vereador Bruno “um projeto feito aí nas cochas”, a toda forma e passou, e foi andando, caminhando com um parecer brilhante do vereador Marcos Henriques que conversou, que dialogou, que discutiu com a categoria, que tentou, também, vereador Marcos Henriques, junto conosco fazer essa audiência pública para que a população de João Pessoa não ficasse a reboque de ter que estar procurando o projeto aí no SAPL da Câmara para entender o que aconteceu. Uma vergonha, hoje me entristece muito, hoje é um dia triste para a Câmara Municipal de João Pessoa de tirar o direito da população de dialogar e também não dar um parecer, vereador Damásio, da CFO, poder nos mostrar, verdadeiramente, para a população de João Pessoa os números do FUNDURB, se alguém um dia puder me explicar os números do FUNDURB ficaria de bom grado”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhores vereadores, escutei muitos



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

companheiros e companheiras dizer “voto de maneira muito tranquila, olhe os investimentos na área de vulnerabilidade são constantes”. Eu vou dizer o que é que vai ser votado aqui. Para as áreas de vulnerabilidade social existem os recursos que são aprovados na LDO, na LOA, e são aprovados, eu acho que a gente precisa desmistificar isso porque o FUNDURB para a aplicação das regras, para a aplicação dos recursos do FUNDURB tem um conselho e esse conselho já disse que o dinheiro é pouco e vocês vão tirar esse pouco que é gestado pelo conselho para aplicação nas zonas de vulnerabilidade para dizer o seguinte: “pegue esse pouco aqui e pulveriza, coloca em outras secretarias”. Eu acho que essa retirada vai fazer falta, pessoal, fazer muita falta, falta a quem mais precisa, queria muito que a companheira Sandra Marrocos estivesse aqui fazendo esse debate também porque ela anda nas áreas de vulnerabilidade social e foi impedida de fazer esse debate aqui, eu queria registrar em nome da bancada do PT. Eu queria dizer também que esse projeto que vai ser aprovado aqui vai servir para os futuros gestores, levando-se em consideração que o prefeito Luciano Cartaxo investe nas áreas de vulnerabilidade social, como foi dito aqui, eu queria dizer a Humberto que eu tenho aqui uma relação com duas folhas para dizer onde falta investir, você disse que só tinha três, eu posso dizer, se tiver tempo, se o Presidente permitir. Mas eu queria dizer que o próximo Prefeito ninguém sabe quem vai ser e pode ser um Prefeito elitista que pegue esse dinheiro e invista tudo num local e deixe os moradores da comunidade São Rafael, da comunidade Tito Silva, das Três Lagoas, deixem as pessoas chupando os dedos e não invista nada. Não adianta vereadores dizerem aqui que o Prefeito fez isso, fez aquilo, para justificar, não se justifica isso que estão fazendo com o povo pobre, eu preferia não ter participado dessa sessão, participo por responsabilidade porque eu tinha que ler esse parecer que foi colocado para mim e foi discutido através de várias entidades. Dizer que está muito tranquilo em votar num projeto desses? Eu apenas contesto que tranquilidade é essa? Será que as pessoas que vão votar vão poder botar a cabeça no travesseiro e dormir? Será que essas pessoas que votarem vão poder pedir votos lá no Alto do Mateus? Ou pedir votos na São Rafael? Eu acho que ainda há tempo para a gente rever esse mal que estão querendo fazer rasgando aquilo que foi construído com muito esforço numa discussão coletiva, do Plano Diretor da cidade de João Pessoa, e simplesmente, estão rasgando tudo isso em detrimento de um plano que vai retirar direitos daqueles que mais precisam. Eu não iria mais falar, peço até desculpas a vocês porque a revolta nesse momento é a única coisa que me resta”. O Sr. vereador Humberto Pontes disse: “Presidente, eu primeiro queria dizer ao vereador Leo Bezerra que fez uma fala, na minha análise, não com muita ética ao criticar uma comissão como um todo, criticar a Comissão de Finanças e Orçamento não foi um pronunciamento ético, mas também esse é meu posicionamento, respeito a posição dele, mas dizer que se ele quiser trocar de comissão eu vou para a CCJ e ele vem para as Finanças porque ele sabe muito, ele estuda muito, ele entende muito de números, eu troco com ele as comissões. Dizer ao vereador Marcos Henriques que eu vou dormir com muita tranquilidade e continuarei transitando como transito em todas as comunidades sem nenhuma dificuldade, e até entendo sua preocupação quando você diz que está preocupado com o futuro governante, isso me dá uma tranquilidade porque você reconhece que o prefeito Luciano Cartaxo está trabalhando e está trabalhando muito para a cidade de João Pessoa, então, a sua preocupação é com os governantes que virão, pelo menos, é a conclusão da fala de Vossa



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Excelência, não sabe se o que virá será uma pessoa preocupada e investirá só nas comunidades mais favorecidas. Eu vou dormir com muita tranquilidade porque esse projeto foi muito bem discutido por todos os vereadores aqui, Dinho fez uma fala, João Almeida outra, que mostra realmente que esse projeto visa o contrário, é poder ampliar mais as ações”. O Sr. vereador Renato Martins disse: “Se não serviu para convencer os colegas, o parecer do vereador Marcos Henriques, a gente percebe que ele foi feito a muitas mãos, a gente percebe que tem a presença da sociedade civil organizada, ou pelo menos uma parte dela, a gente percebe que tem muito da avaliação da vereadora Sandra Marrocos e da luta dela que tem que ser respeitada pela Casa. Eu acho que se isso não fosse motivo para dar razão ao mérito da argumentação lida muito consistente, muito boa, pelo menos serviria para a gente perceber como o debate é complexo, como se tem tempo para debater, como se poderia dar maior maturidade, profundidade a essa conversa com esses segmentos, inclusive, considerando que o FUNDURB teve um recurso relativo muito pequeno, nós estamos falando, por exemplo, atualmente, de 5,5 milhões de reais ou menos do que isso, que nesse momento está contingenciado, vinculado às zonas de interesses sociais, essas ZEIS têm pelo menos essa garantia do nosso orçamento, e agora, fica mais ampliado, e esse ampliado às vezes eu me pergunto pela argumentação que foi colocada pelos colegas da situação, não me parece cabível porque não é uma quantidade de recursos que se possa pensar em ampliação dada à limitação dele, a delimitação dele. Tenho certeza que o Prefeito e qualquer Prefeito eleito vai gastar com ZEIS mais do que o valor do FUNDURB, como deve prestar muito mais as outras comunidades porque a arrecadação é maior, é fruto dos nossos impostos. Tomara que essa agilidade que a gestão teve com essa matéria, ela possa fazer um planejamento para a retomada econômica da cidade, que possa escutar os diversos segmentos para que a gente, de maneira racional, mas também de maneira pró-ativa, possa entender esse novo modelo econômico que a cidade já está passando, e também sancionar nossa lei que suspende os créditos consignados, ele poderia favorecer os servidores antes do fechamento da folha de junho”. O Sr. vereador Bruno Farias se solidarizou a vereadora Sandra Marrocos e disse: “É uma pena que nem sequer respeito à história da vereadora nós tenhamos tido no dia de hoje. Todos sabem da legitimidade de Sandra Marrocos para discutir esse tema seja porque em outras reuniões já pontuou com muita clareza a respeito de nuances que existem a respeito dessa matéria, seja porque ela tem uma vida dedicada às pessoas mais carentes da cidade de João Pessoa. Eu não compactuo com esse desrespeito. Em segundo lugar dizer que o parecer do vereador Marcos Henriques foi lapidar, devastador. Vou gastar todos os argumentos possíveis e não vou conseguir chegar a 10% daquilo que o vereador Marcos Henriques produziu e desnudou a perversidade, a crueldade, a desumanidade dessa iniciativa da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Falaram em ética do vereador Léo Bezerra. Quer dizer que eu tenho opinião para aplaudir um parecer e não posso ter opinião para discordar? Isso é ser antiético? Creio que não, isso é ser verdadeiro. E pode dar o tempo que for, ninguém vai conseguir chegar ao parecer do vereador Marcos Henriques que, repito, foi devastador. Vai fazer com que quem ouse defender a matéria gaste todos os seus neurônios, e não vai conseguir desmentir aquilo que é indesmentível, que é a crueldade de tirar dinheiro das pessoas carentes. Ora, se nós temos um fundo cuja a destinação é vinculada para as comunidades carentes e eu desvinculo esse fundo, eu retiro o selo da obrigatoriedade, é porque ele pode ser utilizado em qualquer



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

local da cidade, seja carente ou não. Isso é ou não é tirar dinheiro? Então eu quero deixar de maneira clara que a nossa bancada, o nosso mandato, está contra esse projeto e sobretudo pela forma como ele foi conduzido: tratorou! E só tem uma explicação, é porque o prefeito não queria ouvir a sociedade. Hoje, de maneira triste, a gente assiste a esse show de horrores, mas que não vai contar com a minha participação, com a participação de minha bancada, com a participação de quem está a favor do povo de João Pessoa”. O Sr. vereador João Almeida disse: “Primeiro eu queria dizer que eu não sou o dono da verdade. Não voto matéria sem consciência, nem para tirar dinheiro de pobre”. Em seguida lembrou da questão da lei da outorga onerosa “onde pessoas aqui se posicionaram contra a criação da lei da outorga onerosa. Não só a vereadora Sandra Marrocos – tem uma ligação muito forte com a sociedade civil organizada, da habitação, carente – eu tenho diuturnamente em vários bairros da cidade. Pode ter gente que conheça tanto quanto eu, agora mais do que eu aqui ninguém conhece não. Essa lei voto com muita tranquilidade. Nada mais é do que uma modernização do que já há. Não é a cifra de 5 milhões de reais. Essa quantidade pequena se dá por conta da pandemia, houve uma estagnação no lançamento de novos prédios, mas não é apenas 5 milhões de reais. É uma quantia muito maior e bem melhor. Dizer para a população de João Pessoa que só tem pobre, só quem precisa de infraestrutura, de contrapartida social por conta dos grandes prédios é quem está na região do zoneamento chamado ZEI, é chamar a gente de imbecil. Pobre em João Pessoa tem em todo canto, seja ZEIs, ou não. O dinheiro do FUNDURB é sério, desburocrático, onde pode haver, inclusive, parcerias público privadas em vários bairros de João Pessoa que não são ZEIs e precisam da intervenção do poder público. Nada mais é do que uma flexibilização e uma modernização. Não tem porque a gente estar estagnado no entendimento do passado, para que a gente não possa evoluir e melhorar”. O Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “De forma covarde, nós estamos aproveitando o atual momento dessa epidemia para votar uma matéria dessas aqui na Casa. Eu desafiava a Câmara Municipal votar essa matéria com a sociedade presente, é por isso a pressa de votar essa matéria. O parecer do vereador Marcos Henriques, que dialogou com os movimentos e preparou um parecer inconteste. Vereador Marcos Henriques, eu diria a vossa excelência: se fosse hoje a final do Campeonato Brasileiro, o que todo jogador almeja é fazer 3 gols para pedir música no Fantástico. Vossa excelência hoje tinha música no Fantástico pelo seu parecer. Vossa excelência fez um parecer digno de calar todos aqui e muita coragem de quem for contrapor um parecer desses, que diz tudo. Depois desse parecer que o vereador Marcos Henriques leu aqui para todos, eu vou para casa triste, mas com minha consciência tranquila que fiz minha parte. Eu que moro na Rua 4 de Outubro, uma das ruas que, realmente, o final dela mora muita gente carente. Mas a obrigação nossa é cuidar de toda carência da cidade de João Pessoa, e nós estamos tirando esse direito. Votei favorável, a Câmara Municipal votou na outorga onerosa, e foi um dos momentos que tivemos voto contrário. Eu estava aqui e estou hoje, com muita tristeza, vendo a Câmara tirar o que nós demos no passado”. Por fim, se solidarizou a vereadora Sandra Marrocos. O Sr. vereador Milanez Neto disse que “estou votando com consciência tranquila e com o dever cumprido. Essa gestão entregou mais de 9 mil casas, resolveu problemas seculares da cidade, seja de Cruz das Armas ao Porto do Capim, na Comunidade do S, no Porto do Capim. Em gestões passadas foi utilizado o dinheiro do FUNDURB para fechamento de contas, não é nem erro, é necessidade orçamentária daquela ocasião. Era



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

fechamento de ano e foi necessário fazer, aprovado e votado pela Câmara. Não estamos deixando de investir em zona de pobreza, até porque se investirmos o FUNDURB durante 50 anos, não daria o valor de investimentos que Cartaxo fez até hoje. O que fizemos em recurso próprio é muito mais do que o arrecadado com o FUNDURB. A Prefeitura vai continuar cumprindo seu papel. Os investimentos continuarão sendo feitos na cidade, o trabalho vai continuar para os que mais precisam”. O Sr. vereador Helton Renê disse: “Eu estava prestando atenção ao parecer do vereador Marcos e bastante atento as palavras técnicas que o vereador falou, inclusive a comissão que ele montou para fazer esse parecer. Mas eu quero dizer que, antes de tudo, a gente tem que observar não só a letra fria da lei, mas também alguns princípios, que obedecem a esse segmento, nesse momento em que estamos vivendo. O interesse público é um princípio administrativo que deve ser observado e vai muito além de um parecer técnico, no ponto de vista de lei fria. Então, é um dos princípios de observância obrigatória para administração pública. Corresponde, inclusive, ao atendimento a fins de interesse gerais, emergenciais vedado a renúncia total a esse tipo de princípio. Então, estamos falando de um momento de pandemia, que carece de urgência, de ações rápidas e objetivas. O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, com perfeição e com rendimento funcional. Vai muito mais além do que um parecer, e não estou criticando parecer, mas estou incrementando esses princípios que devem ser elencados num momento como esse. É o mais moderno princípio da eficiência da função administrativa que não se contenta em desempenhar só com a legalidade, mas exigindo resultados positivos e rápidos no serviço público. Está de parabéns esse projeto de lei. Sigo a orientação da bancada do governo e a gente tem que observar que não está tirando nada de ninguém, está ampliando para melhor atender a população, nesse momento”. O Sr. vereador Fernando Milanez encaminhou a bancada voto favorável. O Sr. vereador Dinho disse que encaminhava a bancada favorável, respeitando os votos de outros membros que divergissem. O Sr. vereador Damásio Franca Neto também encaminhou voto favorável. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Em momento de pandemia, nossa bancada não vai infectar e contaminar suas mãos com tamanha crueldade. Nós encaminhamos o voto contrário”. O Sr. vereador Bispo José Luiz colocou: “A gente vai saber um dia para onde foram destinados R\$ 128 milhões que o Governo Federal enviou para o estado, para a saúde pública e mais R\$ 448 milhões para livre aplicação. Dinheiro, o estado tem, os municípios têm. Meu voto é contra o projeto”.

Votação Nominal: favoráveis: 15 (Marcos Vinícius, Raíssa Lacerda, Helton Renê, Chico do Sindicato, Professor Gabriel, João Almeida, Bosquinho, Luís Flávio, Durval Ferreira, Humberto Pontes, João dos Santos, Helena Holanda, Bosquinho, Dinho e Milanez Neto); contrários: 06 (Bispo José Luiz, Renato Martins, Zezinho Botafogo, Leo Bezerra e Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador João Corujinha, declarou o projeto aprovado.

ITEM 9: PR 62/2020

Assunto: Cria a Comissão de Acompanhamento Detalhado dos Gastos da PMJP no período de calamidade pública e dá outras providências.

Autoria: Renato Martins



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Parecer: Favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa,

Discussão: O Sr. vereador Renato Martins falou sobre a importância do projeto e disse: “No Protótipo teve várias quedas de energia e aí é só uma parte do problema, porque o gerador não conseguia entrar e lá tem dois geradores. Mas aí vamos para o problema principal: os sistemas de gases, de pressão, funcionam automaticamente para que os respiradores e os ventiladores não parem. Então mesmo que caia toda a energia e os dois geradores não funcionassem, ainda assim o sistema de pressão entraria em atividade em no máximo 30 segundos, e também não funcionou. Nós estamos falando de mais de 100 milhões de reais de recursos federais que estão chegando aqui”. Em seguida falou da importância da criação da comissão para acompanhar a aplicação desses recursos, e agir com celeridade em casos como o citado, justificando o fato da Câmara estar fechada para receber as pessoas. O Sr. vereador João Almeida disse: “O que estamos vendo é um grande problema de politização da crise. Politizaram até o uso do remédio, da Cloroquina. Na contramão da evolução do combate a pandemia também existe a sufocação dos gestores dos órgãos fiscalizadores, e a gente sabe que desvio de conduta, superfaturamento, desvio de dinheiro público, não prescrevem mais. Então no momento certo essas pessoas podem ser severamente punidas e presas. E o que é que está acontecendo: num momento que era para todo mundo estar unido num só entendimento de combater a crise, acabar com esse vírus o mais rápido possível, abrir o comércio, ao invés da gente criar comissão de fiscalizar, a gente poderia estar criando comissão de colaborar. É uma situação periclitante que os gestores estão que aí, com todo respeito, meu irmão Renato: nenhum gestor hoje está precisando de fiscalização, está precisando de apoio. Até porque esse papel de fiscalização, nós já cumprimos. Nesse momento a gente precisa de celeridade, bom senso, porque pessoas estão morrendo nos hospitais e o comércio já não aguenta mais estar fechado”. O Sr. vereador Bruno Farias parabenizou o autor e se acostou ao projeto. Disse: “Por onde você desloca a sua cabeça você vê e ouve pessoas clamando por uma fiscalização maior na utilização dos recursos que estão sendo empregados durante esta pandemia, seja porque as pessoas querem a aplicação correta dos recursos, seja porque há um envio muito maior por parte de outras esferas para estados e municípios. Câmaras Municipais de praticamente todas as cidades e Assembleias Legislativas de todos os estados - inclusive a nossa - criaram comissão de fiscalização. Em que mundo a gente está, que Câmara é essa? Não abdicamos do nosso direito inalienável de fiscalizar nesse momento. Vai abdicar por quê? Porque o crime não prescreve?” O Sr. vereador Bispo José Luiz colocou que no portal da Assembleia Legislativa da Paraíba consta a criação de comissão de fiscalização para aplicação de recursos em municípios, com decreto de calamidade: “Se a Assembleia tem uma comissão, por que a Câmara Municipal não pode ter? O Sr. vereador Leo Bezerra disse que a Assembleia Legislativa determinou que os municípios criassem as comissões: “nós queremos fiscalizar, pegar alguns problemas, torná-los públicos e tentamos resolver. Ninguém está criando comissão para incriminar ninguém não. É para participar da fiscalização. O prefeito tem que prestar esclarecimentos porque somos nós que vamos julgar as contas do prefeito no final do ano. E aí como vamos julgar se não participamos? Vamos julgar aquele catatau que ele manda no final do ano? Analisar mais de um milhão de páginas que ele encaminha todo ano? É humanamente impossível”. O Sr. vereador Milanez Neto esclareceu: “A gente não tem o menor problema com transparência. A



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

transparência internacional deu a cidade de João Pessoa como à capital mais transparente do Brasil. Meu entendimento é que a gente já tem o papel de fiscalizar. Então não posso aprovar algo que já faço, que já é minha obrigação”. O Sr. vereador Dinho lembrou que sua posição na CCJ foi favorável e completou: “Mas quero informar que a minha posição não é porque a Assembleia determinou que abrisse comissões. Eu vou votar porque o governo é primeiro lugar no ranking em transparência, e não tem dificuldade nenhuma da Casa abrir uma comissão fiscalizadora. Vou votar pela minha consciência, a bancada está liberada”. Por fim, afirmou voto favorável. O Sr. vereador Damásio Franca liberou a bancada e votou contrário “tendo em vista que o vereador já tem essa função”. O Sr. vereador Bruno Farias disse votar favorável, e justificou que há prazos iniciais e finais para fiscalizar especificamente a aplicação de recursos durante a pandemia.

Votação Nominal: favoráveis: 06 (Dinho, Bruno Farias, Leo Bezerra, Renato Martins, Bispo José Luiz e Zezinho Botafogo); contrários: 09 (Damásio Franca, Professor Gabriel Câmara, Humberto Pontes, Helton Renê, João Almeida, Bosquinho, Fernando Milanez Neto, João dos Santos, Marcos Vinícius); abstenções: 00; ausentes: 11.

Situação: O Sr. presidente, vereador João Corujinha, declarou rejeitado o projeto.

VOTAÇÃO DE RECURSOS

ITEM 8: RECURSO 58/2020

Autoria: Renato Martins

Situação: Não votado.

ITEM 9: RECURSO 59/2020

Autoria: Humberto Pontes

Situação: Não votado.

ITEM 10: RECURSO 60/2020

Autoria: Helena Holanda

Situação: Não votado.

ENCERRAMENTO

Às 14h:57 minutos, o Sr. Presidente, vereador João Corujinha, disse: “Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão remota”.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa e submete-se à apreciação plenária.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

(*)Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**)De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***)Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 10 dias do mês de junho do ano de 2020.

Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho

Vereador Humberto Jorge de Araújo Pontes

Presidente da Mesa

Primeiro-Secretário